



Bolsas	Pontuação B3	Salário mínimo	Dólar	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias		Na sexta-feira	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,35% São Paulo	115.790	R\$ 1.212	17/outubro 5,303	R\$ 5,077	13,66%	13,66%	Maio/2022 0,47
2,47% Nova York	119,92		18/outubro 5,255				Junho/2022 0,67
	18/10 19/10 20/10 21/10		19/outubro 5,274				Julho/2022 -0,68
			20/outubro 5,217				Agosto/2022 -0,36
							Setembro/2022 -0,29

## FINANÇAS PÚBLICAS

# Consignado pode ser barrado pelo TCU

Área técnica do tribunal recomenda suspensão dos empréstimos concedidos pela Caixa a beneficiários do Auxílio Brasil

» ROSANA HESSEL

Área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou, ontem, a suspensão do empréstimo consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, por meio da Caixa Econômica Federal, apontando desvio de finalidade dos recursos públicos. A decisão se alinha a representação feita na última terça-feira pelo Ministério Público da União junto ao TCU.

Na representação, o subprocurador-geral, Lucas Furtado pediu ao TCU a edição de medida cautelar contra a Caixa, argumentando que os empréstimos consignados, além de desvio de finalidade, demonstram “uso meramente eleitoral” dos recursos. No documento, Furtado menciona que, apenas nos primeiros três dias de vigência dos empréstimos, na semana passada, a Caixa liberou R\$ 1,8 bilhão a 700 mil beneficiários do repasse emergencial.

Em parecer encaminhado ao relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, a Unidade Técnica do TCU propôs ouvir a Caixa, antes de decidir sobre a questão, em um prazo de cinco dias úteis. A expectativa dos técnicos é de que o ministro Cedraz acate a sugestão.

O empréstimo consignado vem sendo alvo de críticas desde que foi criado. Para a maioria dos especialistas, as pessoas que recebem o auxílio do governo, por sua condição de vulnerabilidade, não têm condições de arcar com o pagamento do empréstimo sem comprometer a própria sobrevivência.

### Risco

Conforme portaria do Ministério da Cidadania, o empréstimo consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil terá juros mensais de, no máximo, 3,5%, o que significa um custo financeiro de 51,11% ao ano. Segundo analistas, os beneficiários do programa não terão condições de arcar com esses juros mesmo parcelando o pagamento em 24 vezes, pois, ao comprometerem até 40% do benefício com a dívida — limite previsto para o consignado — faltará dinheiro para despesas básicas.

“O beneficiário, que já está em uma situação vulnerável, não vai ter capacidade de pagamento e, no final, essa dívida acabará sendo perdoada. Logo, o governo está dando dinheiro de graça, com uma série de custos administrativos”, alertou o economista Simão

**R\$ 1,8 BILHÃO**  
Volume de recursos liberado pela Caixa apenas nos três primeiros dias de operação do empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil

Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP). Na avaliação dele, essa nova modalidade de crédito consignado é uma espécie de “coronelismo moderno”. “Isso é uma compra descarada de voto. A sugestão do TCU para a suspensão do consignado é uma decisão acertada, porque a medida é de uma irresponsabilidade fiscal brutal, é um empréstimo a fundo perdido”, afirmou Silber.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, “o consignado no Auxílio Brasil é uma barbaridade econômica e só se justifica por uma tentativa de reeleição. Há enorme risco de crescimento do endividamento da população de baixa renda, que pode ter crescentemente o auxílio alocado em consignado”, destacou. Segundo Vale, o microcrédito seria mais interessante para essa população, pois é uma forma de gerar renda futura, voltada para investimento, não para efeito eleitoral de curto prazo.

O economista e consultor Roberto Luis Troster, da Troster & Associados, também comentou o posicionamento dos técnicos do TCU. “O governo está dando um doce agora para o eleitor mais pobre, para tirar depois. Por isso, a suspensão desse crédito é correta”, afirmou. “Os grandes bancos privados não aceitaram fazer esse empréstimo consignado, porque o risco é elevado. É como colocar o dependente do auxílio em uma armadilha”, ressaltou.

Procurados, a Caixa e o Ministério da Cidadania não comentaram o relatório da área técnica do TCU. O banco, que vinha apresentando problemas na liberação dos recursos nos últimos dias, divulgou nota, na noite de ontem, informando que, devido a uma “manutenção programada” em seus ambientes tecnológicos neste fim de semana, “a operação do auxílio ficará indisponível até às 7h da próxima segunda-feira (24)”.

Leopoldo Silva/Agência Senado



Representação do Ministério Público encaminhada à Corte considera que operação configura desvio de finalidade no uso de recursos públicos

## Licitação suspeita na Cidadania

» MICHELLE PORTELA

O Tribunal de Contas da União (TCU) pediu esclarecimentos ao Ministério da Cidadania sobre possíveis irregularidades na compra de cestas básicas para serem distribuídas na Paraíba. As licitações, no valor de R\$ 2,2 milhões teriam sido realizadas nos últimos dois anos em nome de “laranjas”.

A informação consta no processo n. 010.755/2022-5 do TCU. De acordo com o documento, as irregularidades foram identificadas, inicialmente, pelas secretarias de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU, em Brasília, e pela unidade do órgão na Paraíba (Sec-PB). A análise preliminar contou, também, com a cooperação de uma terceira secretaria do Tribunal, em São Paulo

(Sec-SP). A denúncia foi formalizada em junho passado.

As investigações preliminares apontaram “possível ausência ou falha na prestação de contas dos municípios que receberam as cestas básicas, em decorrência do Pregão Eletrônico 2/2021”. Além disso, uma das empresas vencedoras do certame, A Popular Cestas Básicas de Alimentos, com sede em Contagem (MG), está registrada em nome de “laranja”, ou seja, de falso proprietário que, inclusive, aparece como beneficiário do Auxílio Emergencial.

A empresa integra um grupo controlado por dois empresários, Carlos Murilo Pessoa Gonçalves Moreira e Paulo Sérgio Pessoa Moreira, aos quais o relatório credita o uso de “parentes e pessoas interpostas com a provável finalidade de ocultação

patrimonial”. Ao menos três destas empresas teriam endereço próximo, o que levantou novas suspeitas, bem como o fato de elas manterem o mesmo endereço eletrônico.

Ainda de acordo com o documento, como o ministério deflagrou o Pregão Eletrônico 6/2022, com objeto similar, “haveria que se verificar quais providências estariam sendo adotadas para garantir que as entregas possam ser efetuadas nos termos previstos na licitação, tendo em vista o alto risco de fraude e a materialidade envolvida no certame”.

A denúncia ocorreu após a apreensão, por auditores do órgão, em fevereiro deste ano, de uma carreta com cestas básicas no interior do estado, carga cuja nota fiscal, no valor de R\$ 233 mil, constava em nome da empresa A Popular, e tinha

como destinatário Hudson Rafael Rocha.

A fiscalização chegou a ir ao local indicado, mas não foi atendida. Além disso, outro fato chamou atenção dos investigadores. Em 23 de fevereiro, a pasta estadual recebeu uma ligação de Rachel Alves Pereira de Mello, que se identificou como servidora do Ministério da Cidadania, também apontada como responsável pelo envio de e-mails aos envolvidos na operação.

O Correio tentou contato com os empresários citados na reportagem, mas não teve resposta. Em nota, o Ministério da Cidadania afirmou que “até o presente momento não identificou irregularidades no processo licitatório mencionado”. A pasta informou, ainda, que não recebeu qualquer notificação das Secretarias de Fazenda da Paraíba.

## MERCADOS

### Bolsa sobe 7% na semana

Com forte desempenho das estatais Petrobras e Banco do Brasil ao longo da semana, nas asas da redução da diferença entre os candidatos Lula e Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto, e também com humor

externo mais favorável, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou a sexta-feira em alta de 2,35%, aos 119.928,79 pontos. O giro financeiro do pregão, marcado por vencimento de opções de ações chegou a R\$ 40,9 bilhões.

Na semana, o Ibovespa, principal indicador dos negócios, avançou 7,01%, após acumular perda de 3,70% no intervalo anterior. Foi o melhor desempenho semanal desde a primeira semana de novembro de 2020,

quando havia subido 7,42%.

No exterior, sinais do Federal Reserve de que o ritmo de elevação da taxa de juros de referência norte-americana pode desacelerar para meio ponto percentual na última reunião do ano, em dezembro, deu fôlego aos ativos de risco, alavancando os três principais índices acionários de Nova York (Dow Jones +2,47%; S&P 500 +2,37%; e Nasdaq +2,31%).

O ganho de dinamismo lá fora deu estímulo adicional ao

Ibovespa, que fechou a semana com cinco ganhos diários seguidos. Foi o maior nível de fechamento para o índice desde 4 de abril.

Em sintonia com o comportamento da moeda americana lá fora, o dólar encerrou a sessão de queda de 1,33%, cotado a R\$ 5,148 — menor valor de fechamento desde 22 de setembro. Com isso, a divisa terminou a semana com perda de 3,28% e passou a acumular desvalorização de 4,57% em outubro.

**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO**

FERNANDO GONÇALVES DE MORAES - CPF/ME nº 025.888.097-07;  
GREGOIRE MARIÉ LAURENT SAINT GAL DE PONS - CPF/ME nº 723.306.941-72;  
ROYEY DE OLIVEIRA GRANEMANN - CPF/ME nº 358.554.299-15.

DECLARAM, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer cargo de administração na CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.349.595/0001-09.

ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet).

Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB.

Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf - Gerência Técnica em Curitiba (GTGUR).

Brasília/DF, 20 de outubro de 2022